

Universidades Lusíada

Seia, Cristina Aragão, 1965-
Daniel, João Pedro Nevado, 1999-
Miranda, Catarina Jesus, 2000-

Eleições legislativas nos Países Baixos (22 de Outubro de 2023)

<http://hdl.handle.net/11067/7489>

<https://doi.org/10.34628/S047-7M53>

Metadata

Issue Date	2023
Publisher	Universidade Lusíada Editora
Keywords	Eleições - Países Baixos
Type	article
Peer Reviewed	yes
Collections	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 08 (Julho-Dezembro 2023)

This page was automatically generated in 2025-04-19T01:02:56Z with
information provided by the Repository

Eleições legislativas nos Países Baixos (22 de Novembro de 2023)

Cristina Aragão Seia¹
João Daniel²
Catarina Miranda³

DOI: <https://doi.org/10.34628/S047-7M53>

1. Introdução

Os Países Baixos (Nederland, em neerlandês)⁴ são um dos 6 estados fundadores da actual União Europeia. Localizados na Europa Ocidental, fazem fronteira a leste com a Alemanha, a sul com a Bélgica e a norte e a oeste com o Mar do Norte. Têm uma área de 41.528 km², muitos dos quais conquistados ao mar através de uma complexa rede de pólderes, diques e barragens. Têm uma elevada densidade populacional face aos 17,811 milhões de habitantes⁵. A capital é Amesterdão. A língua oficial é o neerlandês, falado pela maioria da população, sendo ainda utilizados vários dialectos sem reconhecimento oficial.⁶

Os Países Baixos têm uma economia robusta, sendo considerados um dos países mais ricos da União Europeia e um dos com melhor qualidade de vida a nível mundial.⁷ Apesar de o país não ter ficado insensível à crise económica global de 2008, conseguiu, a partir de 2010, retomar a prosperidade que o caracteriza e lhe permite destacar-se no seio da comunidade internacional.

Não obstante, à data das eleições de 22 de Novembro, a economia neerlandesa debatia-se com uma elevada taxa de inflação, consequência quer da crise económica que resultou da Covid 19 e se fez sentir a nível mundial, quer dum contexto de crise energética, agravado pela guerra da Ucrânia que teve o seu início em Fevereiro de 2023.

Apesar disso, os Países Baixos continuam a ser considerados o maior entreposto comercial do mundo e encontram-se entre os dez maiores

exportadores mundiais.⁸ Devido à sua localização geográfica privilegiada, o porto de Roterdão é visto como uma das principais portas de entrada da União Europeia e um dos mais importantes a nível mundial.⁹ Têm uma indústria e uma agricultura do mais alto nível de produtividade. Daí que, apesar da sua pequena dimensão, os Países Baixos encontram-se entre os maiores exportadores agrícolas do mundo. Por seu turno, multinacionais como a Heineken, a Unilever, a Royal Dutch Shell e a Philips ou os grupos ING e ABN AMRO, do sector bancário, têm a sua sede nos Países Baixos.

Os Países Baixos são também sede de várias instituições europeias, sendo a cidade de Haia conhecida como a capital judiciária do mundo, o que se traduz no facto de nela se encontrarem sediadas a Europol e a Eurojust, bem como o Tribunal Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional e o Tribunal Permanente de Arbitragem.

2. Regime político

Os Países Baixos são uma monarquia constitucional parlamentar com um sistema eleitoral de tipo proporcional. O rei, Willem-Alexander, é, desde 30 de Abril de 2013, o chefe de Estado, com poderes políticos limitados, nos termos da Constituição neerlandesa.

Em termos políticos e administrativos, os Países Baixos dividem-se em 12 províncias (a Norte, Groninga, Frísia e Drente; a Sul, Brabante do Norte e Limburgo; a Oeste, Utreque, Holanda do Norte, Holanda do Sul e Zelândia; e a Este, Overissel, Guéldria e Flevolândia), 342 municípios (desde 2023), 3 municípios especiais (as ilhas Bonaire, Sint Eustatius e Saba¹⁰)¹¹ e ainda 3 países nas Caraíbas (Aruba, Curaçao e Sint Marteen¹²)¹³. Cada uma das 12 províncias tem o seu próprio governo liderado por um Comissário do Rei (numa tradução literal de *Commissaris van de Koning*), nomeado por decreto real, pelo período de 6 anos,

1 Professora auxiliar da Universidade Lusfada. Investigadora integrada do CEJEIA – Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais.

2 Licenciado em Direito, actualmente a frequentar o LLM in European Law and Global Risk na Universidade de Tilburg, Países Baixos. Investigador colaborador do CEJEIA

3 Licenciada em Relações Internacionais, mestranda em Relações Internacionais - Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento na Universidade de Coimbra. Investigadora colaboradora do CEJEIA.

4 Trata-se literalmente de um país de baixa altitude, com cerca de 27% da sua área abaixo do nível do mar.

5 Dados de 2023. Veja-se <https://opendata.cbs.nl/statline/#/CBS/nl/>.

6 Cfr. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/country-profiles/netherlands_pt

7 V. <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/countryfacts/>

8 «66 % das exportações neerlandesas destinam-se a outros países da UE (Alemanha – 23 %, Bélgica – 10 %, França – 9 %). Das exportações para o exterior da UE, 8 % destinam-se aos Estados Unidos e 4 % à China. No que respeita às importações, 42 % provêm de países da UE (Alemanha – 15 %, Bélgica – 8 %). Das que provêm do exterior da UE, destacam-se as importações provenientes da China (17 %) e as dos Estados Unidos (8 %)). Cf. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/country-profiles/netherlands_pt

9 Cfr. <https://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMHistoriquePays/NLD>

10 Bonaire, Santo Eustáquio e Saba.

11 As ilhas Bonaire, Saint-Eustache e Saba fazem, desde 10 de Outubro de 2010, parte da província de Holanda do Norte.

12 Aruba, São Martinho e Curaçau.

13 Estes territórios, agora estados independentes, pertenciam às antigas Antilhas Neerlandesas, dissolvidas em 2010. Ainda dependem dos Países Baixos em questões de defesa e assistência mútua.

que preside ao Conselho (Provinciale Staten), eleito pelo povo, para um mandato de 4 anos¹⁴, e ao executivo provincial (Gedeputeerde Staten). Por seu turno, os municípios são governados por um presidente nomeado, também por decreto real, por um período de 6 anos e por um Conselho (College van Burgemeester en Wethouders), eleito pelo povo para um mandato de 4 anos¹⁵.¹⁶

A divisão administrativa neerlandesa não é o resultado de uma decisão política, mas antes consequência da evolução histórica das províncias, que se foram definindo e assumindo, ao longo dos tempos, como entidades separadas.

O Parlamento (Staten-Generaal ou Estados Gerais, numa tradução literal)¹⁷, com sede no Binnenhof, em Haia, é bicamaral: uma Câmara Alta ou Senado (Eerste Kamer)¹⁸, com 75 membros eleitos indirectamente pelos conselhos das províncias para mandatos de 4 anos, e uma Câmara Baixa ou Câmara dos Representantes (Tweede Kamer ou Segunda Câmara dos Estados Gerais, numa tradução literal). A Câmara Baixa, cujos membros - 150 - são eleitos por sufrágio geral directo, também para mandatos de quatro anos, é o órgão legislativo principal, responsável pela discussão e aprovação de propostas de legislação, cuja aprovação incumbe ao Senado. É igualmente responsável pelo escrutínio da actuação do Governo, pela escolha do Provedor de Justiça, participando, igualmente, na selecção dos magistrados para o Supremo Tribunal.¹⁹

O poder executivo, com sede em Haia, é exercido por um Conselho de Ministros, e vários secretários de Estado.²⁰ O Chefe do Governo é o primeiro-ministro, actualmente, Mark Rutte.

Mark Rutte, do partido VVD (Partido Popular para a Liberdade e a Democracia), foi designado primeiro-ministro, pela primeira vez, em Outubro de 2010, e novamente em Setembro de 2012, Março de 2017 e Março de 2021, mantendo-se em funções até aos dias de hoje, enquanto se aguarda pela formação de governo resultante das eleições legislativas antecipadas de 22 de Novembro de 2023. Estas eleições estavam previstas para 2025, mas foram convocadas antecipadamente devido à demissão inesperada de Rutte, que declarou abandonar a vida política, em Julho de 2023, na sequência do fracasso da negociação entre os partidos da coligação governante, de uma série de medidas apresentadas para endurecer a política de imigração e asilo do país.

A Europa tem vindo a assistir, com particular incidência nos finais de 2023, a uma mudança da paisagem política, resultante da ascensão da extrema-direita e do euroceptismo. E os Países Baixos não ficaram indiferentes a esta tendência.

Após 13 anos de governação do VVD, considerado de centro-direita ou direita liberal, o PVV (Partido para a Liberdade), liderado por Geert Wilders²¹ e considerado de direita radical ou populista, obteve a prefe-

rência dos votos dos neerlandeses, posicionando-se em primeiro lugar nas eleições de Novembro de 2023, conseguindo 37 lugares dos 150 lugares da Câmara dos Representantes. Os temas centrais da campanha eleitoral foram a economia, o reforço do poder de compra, o financiamento do sistema de saúde, a segurança, a agricultura e as políticas migratórias.²²

3. Sistema eleitoral

3.1. Capacidade eleitoral e para ser membro da Tweede Kamer

Podem eleger os deputados da Tweede Kamer, os nacionais dos Países Baixos maiores de 18 anos no dia da eleição²³, com excepção dos residentes nas ilhas de Aruba, Curaçao e Sint Maarten, que só poderão votar se tiverem sido residentes nos Países Baixos por pelo menos 10 anos ou se tiverem trabalhado no serviço público neerlandês numa dessas ilhas, assim como os seus cônjuges ou parceiros neerlandeses e filhos, desde que tenham agregados familiares comuns²⁴. Não poderão votar as pessoas que tenham cometido alguma infracção prevista em lei do Parlamento e que, em consequência, tenham sido condenadas por sentença judicial, definitiva e conclusiva, a uma pena privativa de liberdade não inferior a um ano e, simultaneamente, inibidas de votar.²⁵

Para ser membro de uma das câmaras, é necessário ter a nacionalidade neerlandesa, ter atingido 18 anos de idade e não ter sido inibido de votar²⁶. Não é possível ser membro de ambas as câmaras; ser membro dos Estados Gerais e simultaneamente Ministro, Secretário de Estado, membro do Conselho de Estado, membro do Tribunal de Contas (Algemene Rekenkamer), Provedor de Justiça Nacional ou Provedor de Justiça Adjunto, membro do Supremo Tribunal, Procurador-Geral ou Advogado-Geral no Supremo Tribunal. Um Ministro ou Secretário de Estado que tenha apresentado a sua demissão, pode acumular o referido cargo com o de membro dos Estados Gerais, até que seja tomada uma decisão sobre essa demissão. Quem for membro dos Estados Gerais ou de uma das Câmaras não pode exercer, simultaneamente, outras funções públicas que venham a ser designadas por lei do Parlamento²⁷.

3.2. Distribuição de mandatos

Os assentos na Câmara dos Representantes são distribuídos com base na proporção de votos que cada partido recebe²⁸. Isso significa que, se um partido obtiver 30% dos votos, receberá, aproximadamente, 30% dos assentos.

neerlandês. É visto como o líder de uma extrema-direita islamófoba, anti-imigração e soberanista, de acordo com o jornal La Croix. Cfr. <https://www.la-croix.com/international/Pays-Bas-Geert-Wilders-20-ans-campagne-anti-islam-anti-immigration-2023-11-23-1201291960>

22 Ver <https://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMAnalyse/3506> e https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/country-profiles/netherlands_pt

23 Artigo 54º, nº1 da Constituição do Reino dos Países Baixos.

24 Capítulo B, secção B1, nº2 da Lei Eleitoral dos Países Baixos.

25 Artigo 54º nº2 da Constituição do Reino dos Países Baixos.

26 Artigo 56º da Constituição do Reino dos Países Baixos.

27 Artigo 57 da Constituição do Reino dos Países Baixos

28 Kiesraad, Elections and the election law, Electoral System, página 3, <https://english.kiesraad.nl/binaries/kiesraad-eng/documenten/publications/2012/06/brochures-dutch-electoral-council/elections-and-the-election-law/brochure-elections-and-the-election-law.pdf>

14 As últimas eleições provinciais realizaram-se em 2023 e as próximas estão previstas para 2027.

15 As eleições municipais realizaram-se em Março de 2022 e as próximas estão previstas para 2026.

16 Artigos 123º e ss. da Constituição do Reino dos Países Baixos.

17 Artigos 50º e seguintes da Constituição do Reino dos Países Baixos.

18 Veja-se https://www.eerstekamer.nl/begrip/english_2

19 Veja-se <https://www.houseofrepresentatives.nl/>.

20 Artigos 42º e ss. da Constituição do Reino dos Países Baixos.

21 Geert Wilders, considerado o Donald Trump dos Países Baixos, foi membro do VVD e criou o PVV em 2006, partido que teve uma rápida aceitação junto do eleitorado

No sistema eleitoral neerlandês²⁹, os candidatos são eleitos com base nos votos recebidos e na quota eleitoral estabelecida. Em primeiro lugar, determina-se o número total de votos dos partidos que participaram nas eleições, a nível de listas e de candidatos³⁰. Em seguida, calcula-se a quota eleitoral. Este cálculo resulta da divisão do número total de votos válidos de todos os candidatos por 150 (número de lugares no Parlamento). O resultado dessa divisão corresponde à quota eleitoral. Posteriormente, verifica-se quantas vezes os partidos participantes atingiram a referida quota eleitoral, em termos de votos. O resultado desta divisão dá o número de lugares completos obtidos pelos partidos²⁵. Na prática, o número de lugares efectivos será sempre inferior a 150. Os lugares restantes, que ainda terão de ser distribuídos, são designados por lugares residuais²⁵. Quanto maior for a participação dos eleitores, mais alta será a quota. Se o número de votos válidos cresce, o número de votos que um partido precisa para conseguir um deputado aumenta proporcionalmente²⁵. Se a quota fosse, por exemplo, 60.000 e o número de votos válidos 9.000.000, um partido que consiga obter 380.000 de votos, conseguirá sempre 6 deputados, mas também terá alguns votos de sobra: 20.000, neste caso²⁵. Para atribuir aqueles lugares restantes, é utilizado o “método da média mais elevada”²⁵. Suponhamos que a quota eleitoral é de 60.000; O partido A obtém 380.000 votos. Logo, terá direito a seis lugares ($380.000/60.000 = 6$, mais os votos restantes). Se o partido A obtiver sete lugares, o número médio de votos por lugar já será de 54.286 ($380.000/7$)²⁵. Se esta média for superior à média dos outros partidos com votos remanescentes, o primeiro lugar disponível vai para o partido A; o segundo lugar disponível irá para o partido com a segunda média mais elevada e, assim, sucessivamente, até que todos os lugares restantes tenham sido atribuídos. Este método favorece, em certa medida, os grandes partidos. Por exemplo, suponhamos que o partido B obtém 2.355.000 votos nas mesmas eleições. Ser-lhe-ão atribuídos 39 lugares ($2.355.000/60.000 = 39$, mais os votos remanescentes) e ainda lhe restam 15.000 votos, número inferior aos 20.000 do partido A²⁵. Ora, utilizando o “método da média mais elevada”, o lugar seguinte iria para o maior partido, o partido B; se o partido B obtivesse 40 lugares, a sua média já seria de $2.355.000/40 = 58.875$ votos por lugar, ou seja, superior à do partido A²⁵.

Tabela exemplificativa²⁵:

Partido	Número de Votos	Lugares	Resto dos votos	Lugares mais 1	Média mais elevada	Lugares
A	380.000	6	20.000	7	54.286	6
B	2.355.000	39	15.000	40	58.875	40

3.3. Distribuição de lugares entre candidatos

Após a distribuição dos lugares pelos partidos, o Centraal Stembureau (neste caso, o Kiesraad, que é o conselho eleitoral) determina quais os candidatos eleitos. Os lugares são inicialmente atribuídos aos candida-

tos eleitos por um número suficiente de votos preferenciais³¹. Se houver mais lugares a atribuir, a ordem da lista é decisiva. Para se determinar se os candidatos foram eleitos com votos preferenciais, são somados todos os votos que o candidato obteve, nos vários círculos eleitorais. Um candidato pode ultrapassar um candidato mais votado em função do número de votos preferenciais obtidos, desde que este tenha atingido o limiar de preferência²⁶. Por exemplo o candidato n.º 5, com 100.000 votos, passa o candidato n.º 1 com 75.000 votos. Se houver apenas um lugar a atribuir, o lugar é atribuído ao candidato n.º 5. Nesse caso, porém, o candidato n.º 5 terá de ter atingido o limiar de preferência²⁶. O limiar de preferência para as eleições para a Câmara dos Representantes é de 25% do total de votos. Por exemplo, nas eleições de 2023, houve 10.432.726 votos válidos³². A divisão eleitoral foi de $10.432.726/150$ assentos = 69.551. Para ser eleito na Câmara dos Representantes com votos preferenciais, um candidato deve obter 25% dos 69.551 votos, ou seja, 17.387 votos. Se um candidato constar de várias listas de um partido (em círculos eleitorais diferentes), será considerado eleito na lista em que tiver obtido o maior número de votos, desde que tenham sido atribuídos lugares suficientes a essa lista²⁶.

4. As eleições legislativas de 22 de Novembro de 2023

As eleições legislativas neerlandesas realizaram-se, como já se referiu, no dia 22 de Novembro de 2023, com vista a eleger os 150 membros da 39ª legislatura da Câmara dos Representantes. Apresentaram-se a escrutínio 26 partidos. Destes, destacaram-se pelos resultados obtidos, de ideologia de centro, o 50 + (50 Plus), defensor dos mais velhos; de centro direita, o BBB (BoerBurgerBeweging/Movimento Agricultor-Cidadão), defensor dos agricultores, o NSC (Nieuw Sociaal Contract/Novo Contrato Social), democrata cristão, tal como o CDA (Christen-Democratisch Appél/Apelo Democrata Cristão), e o VVD (Volkspartij voor Vrijheid en Democratie/Partido Popular pela Liberdade e a Democracia), liberal conservador. De direita, apresentaram-se o SGP (Staatkundig Gereformeerde Partij/Partido Político Reformado); já de direita/extrema direita, apresentaram-se a eleições o PVV (Partij voor de Vrijheid/Partido para a Liberdade), de Geert Wilders, nacionalista e eurocéptico, que ganhou as eleições, o FVD (Forum voor Democratie/Forum pela Democracia), nacional conservador e igualmente eurocéptico, o JA21, populista e liberal conservador; de centro esquerda/centro, o D66 (Democraten 66/Democratas 66), social-liberal, o PvdA-GL (GroenLinks-PvdA/Partido Trabalhista-Esquerda Verde), de Frans Timmermans, de ideologia ecologista e social democrata, o Volt (Volt Nederland/Volt Países Baixos), federalista europeu, e o CU (ChristenUnie/União Cristã), defensor do cristianismo social; já de esquerda, o PvdD (Partij voor de Dieren/Partido dos Animais), defensor dos animais e ecologista, e o DENK, defensor das minorias e multiculturalista; por fim, de esquerda radical/extrema esquerda, o SP (Socialistische Partij/Partido Socialista) e o BIJ1, anti-racista e anti-capitalista. Os demais tiveram resultados meramente residuais, abaixo dos 15.000 votos.

29 Sobre as características do sistema eleitoral dos Países Baixos, cf. também SANTOS, Sofia, PINHEIRO, Carolina, «Eleições gerais dos Países Baixos (17 de Março de 2021), in *POLIS*, n.º 3 (II Série), Janeiro / Junho 2021, p. 195.

30 Netherlands Institute for Multiparty Democracy & Instituut voor Publiek en Politiek ,The Dutch Political System in a Nutshell, página 26 e 27, <https://nimd.org/wp-content/uploads/2015/02/Dutch-Political-System.pdf>

31 Kiesraad, “Zetelverdeling over kandidaten” (Verkiezingen | Kiesraad.nl, Fevereiro 21, 2024) <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/uitslagen/zetelverdeling-over-kandidaten>

32 Resultados das Eleições de 2023 divulgados pelo Kiesraad, <https://www.verkiezing-suitslagen.nl/verkiezingen/detail/TK20231122>

4.1. Resultados das eleições de 2023²⁷ e diferença relativamente a 2021

Partido	Votos	Percentagem	Mandatos	Deputados eleitos em 2021 ³³	Diferença relativamente a 2021
Partij voor de Vrijheid (PVV)	2.450.878	23,49%	37	17	+20
GroenLinks en Partij van de Arbeid (GroenLinks-PvdA)	1.643.073	15,75%	25	9-PvdA 8-GroenLinks	+8 ³⁴
Volkspartij voor Vrijheid en Democratie (VVD)	1.589.519	15,24%	24	34	-10
Nieuw Sociaal Contract (NSC)	1.343.287	12,88%	20	0 ³⁵	+20
Democraten 66 (D66)	656.292	6,29%	9	24	-15
BoerBurgerBeweging (BBB)	485.551	4,65%	7	1	+6
Christen-Democratisch Appèl(CDA)	345.822	3,31%	5	15	-10
Socialistische Partij (SP)	328.225	3,15%	5	9	-4
DENK	246.765	2,37%	3	3	0
Partij voor de Dieren(PvdD)	235.148	2,25%	3	0	-3
Forum voor Democratie (FVD)	232.963	2,23%	3	8	-5
Staatkundig Gereformeerde Partij (SGP)	217.270	2,08%	3	3	0
ChristenUnie (CU)	212.532	2,04%	3	5	-2
Volt Nederland	178.802	1,71%	2	3	-1
Juiste Antwoord 2021(JA21)	71.345	0,68%	1	3	-2
Partidos que não elegeram nenhum deputado ³⁶	195.254	1,87%	0	2	-2

Eleições de 2023

Votos Válidos	10.432.726	99,59%
Votos Inválidos	19.655	0,19%
Votos em Branco	22.822	0,22%
Total de votos	10.475.203	100%
Total de eleitores	13.473.750	77,75%
Abstenção	2.998.547	22,25%

Eleições de 2021

Votos Válidos	10.422.852	99,62%
Votos Inválidos	22.652	0,22%
Votos em Branco	17.173	0,16%
Total de votos	10.462.677	100%
Total de eleitores	13.293.186	78,71%
Abstenção	2.830.509	21,29%

33 Resultados das Eleições de 2021 divulgados pelo Kiesraad. <https://www.verkiezing-suitslagen.nl/verkiezingen/detail/TK20210317>

34 O PvdA e o GroenLinks nas eleições de 2021 não estavam coligados, tendo só coligado nas eleições de 2023.

35 O NSC só se formou em agosto de 2023.

36 Dentro dos partidos que não elegeram nenhum deputado em 2023, os partidos 50PLUS e BIJ1 perderam respetivamente os únicos deputados que tinham sido eleitos em 2021.

4.2. Breve análise dos resultados

Os resultados das legislativas neerlandesas foram, no mínimo inesperados. Mas, numa reflexão mais assertiva, poderia aplicar-se-lhes a famosa expressão de Garcia Márquez “crónica de uma morte anunciada”. Efectivamente, o descontentamento popular era crescente, tendo as razões desse descontentamento - a diminuição do poder de compra, o aumento da dívida pública à custa da utilização de fundos públicos no apoio aos refugiados e às políticas migratórias definidas pela União Europeia e o auxílio à Ucrânia -, sido temas explorados até à exaustão pela extrema-direita durante a campanha eleitoral. E, pelos vistos, compensou para o PVV e o seu líder Geert Wilders! A sua campanha anti-Islão, anti-refugiados e anti-integração encontrou eco junto dos eleitores neerlandeses. Aliás, a vitória de Wilders, na sequência da verificada em Itália, por Meloni, e do resultado das eleições da Eslováquia, é a confirmação de que a extrema-direita se encontra em ascensão na União Europeia.

O PVV ficou, assim, em primeiro lugar, com 37 lugares (mais 20 do que anteriormente), à frente da PvdA-GL, coligação de esquerda de Frans Timmermans, antigo vice-presidente da Comissão Europeia e considerado o “pai” do Pacto Ecológico Verde, que obteve 25 lugares (com um aumento de 8 deputados relativamente a 2021), do VVD, que tinha ganho as eleições anteriores, e do NSC, de centro, fundado em Agosto de 2023 por Pieter Omtzigt, um eurocéptico, que obteve 20 dos 150 lugares da Câmara dos Representantes, sendo certo que foi a primeira vez que este se submeteu ao escrutínio popular.

Os quatro partidos da então coligação governamental saíram, por isso, muito penalizados, sofrendo elevadas perdas nestas últimas eleições. O VVD de Mark Rutte, conseguiu apenas 24 lugares (perdendo 10), o D66, liderado por Rob Jetten, 9, contra os 24 que detinha anteriormente, o CDA, de Henri Bontenbal, apenas 5 (antes tinha 15). O CU alcançou 3 lugares, perdendo 2 deputados. O BBB conseguiu mais seis deputados do que em 2021, ficando com um total de 7. Também o SP e o PvdD perderam deputados, segundo os analistas políticos, a favor da coligação PvdA-GL, ficando o primeiro com 5, ou seja, menos 4, e o segundo com menos 3, ficando ainda com 3 lugares.^{37 38}

O Denk e o SGP mantiveram os lugares que já detinham anteriormente, 3 deputados cada. Já o Volt, o JA 21 e o FvD perderam lugares comparativamente com as legislativas de 2021, conseguindo, no entanto, manter a representação na Câmara dos Representantes, o primeiro com 2 lugares (menos um), o segundo com um único deputado (menos dois) e o FvD com 3 deputados, perdendo 5 dos 8 lugares que detinha. Os restantes partidos que se apresentaram às eleições não conseguiram qualquer representação na Segunda Câmara dos Estados Gerais dos Países Baixos.

37 Cfr. DELOY, Corinne, «The radical right largely ahead in the Dutch general election», Fondation Robert Schuman, *General Elections in the Netherlands*, 22nd November 2023. Disponível em <https://www.robert-schuman.eu/en/monitor/5955-the-radical-right-largely-ahead-in-the-dutch-general-election>

38 SOLINAS, Margaux, «Élections aux Pays-Bas: la victoire surprise de Geert Wilders plonge le pays dans l’incertitude», *L’Écho*, 23 novembre 2023. Disponível em <https://www.lecho.be/economie-politique/europe/general/elections-aux-pays-bas-la-victoire-surprise-de-geert-wilders-plonge-le-pays-dans-l-incertitude/10508360.html>

Daqui resulta que o mais importante ainda estará por vir: a formação de um Governo. Com a votação dispersa por tantos partidos, em resultado do sistema de votação proporcional, Wilders está longe de um resultado que lhe permita ser primeiro-ministro sem depender de alianças ou consensos. Aguarda-se, então, a formação de uma coligação maioritária, de direita quicá, sendo certo que tal não será tarefa fácil, a menos que o líder do partido vencedor mude a sua postura e discurso radicais para versões mais moderadas com o objectivo de conseguir encontrar aliados. Mas ainda é cedo para se ver fumo branco. Os Países Baixos estão já habituados a esperar: nas últimas eleições, em 2021, foram precisos quase 300 dias para formar a coligação que ainda hoje se mantém em funções e mais de 200 nas eleições precedentes.

5. Breve análise da Política Externa neerlandesa

A Política Externa (PE) resulta da junção de factores domésticos, entenda-se, interesses internos ou conjuntura interna, aliados a uma conjuntura internacional. Isto é, a política externa a adoptar procede da decisão de um agente, o decisor, que resultará, assim numa PE que se entende promover melhor os interesses de um Estado ou entidade, sem esquecer o contexto internacional em que esta unidade política se insere³⁹.

Apesar de, na data em que este texto foi elaborado, ainda não existir qualquer acordo de governo, é possível analisar os prováveis impactos que uma nova coligação, a concretizar-se, poderá exercer na Política Externa neerlandesa. Partindo do documento “2021-2025 Coalition Agreement – People’s Party for Freedom and Democracy (VVD), Christian Democratic Alliance (CDA), Democrats’ 66 (D66) and Christian Union (CU)”⁴⁰ verifica-se que esta coligação assume uma posição securitária relativamente a países fora do continente europeu, percepção na as outras regiões, que não as europeias, como factor de instabilidade para os Países Baixos e, consequentemente, para a União Europeia. Defendem a construção de uma Política Externa aliada aos valores europeus e aliada às políticas da União Europeia, contando com a sua força e assertividade.

A possível condução desta Política Externa é definida através de cinco pilares ou vectores: União Europeia, Assuntos Externos, Defesa, Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento. Apesar de a posição a adoptar em matéria de migrações não se encontrar espelhada directamente no que consta da Política Externa, neste documento, acredita-se que a posição adoptada quanto às migrações também constitui um elemento importante de condução de Política Externa, designadamente tendo em conta o que o partido de Geert Wilders apresentará, de modo particular, em relação a este tema. A respeito de tema das migrações faz-se uma divisão entre migração laboral, asilo, integração, recepção e regresso.

A estratégia a adoptar relativamente à União Europeia, passa, essencialmente, por a tornar mais eficaz, mais verde, mais segura e economicamente mais forte. Salientam-se, no entanto, pontos que defendem a autonomia estratégica da UE, uma política macroeconómica

prudente, um processo de decisão dentro da UE mais transparente, que consecutivamente resultará numa maior credibilidade, bem como a estreita cooperação com os países dos Balcãs Ocidentais, sendo rigorosos nos processos de adesão. No que aos Assuntos Externos diz respeito, saliente-se que, de acordo com o documento de coligação, a política externa será levada a cabo no seguimento de cinco vectores que se declaram como fundamentais, isto é, a promoção da cooperação internacional, onde os Países Baixos entenderão ter um papel crucial quer no seio da própria UE como de outras organizações internacionais, assim como o fortalecimento dos laços transatlânticos e de novas alianças. Entendem também que devem priorizar os seus interesses internacionais; reduzir a sua dependência face a produtos provenientes do exterior; promover os direitos humanos através da sua PE e, por fim, providenciar a cidadãos holandeses no exterior melhores e mais acessíveis serviços. Destacam-se também pontos como o fazer uso do poder económico da UE para aplicar sanções extraterritoriais, por exemplo, ou o apoio da solução de dois Estados no que ao conflito Israelo-Palestiniano diz respeito.

No sector da defesa, aposta-se num investimento adicional, bem como no fortalecimento do papel da aliança transatlântica, reforçando as forças armadas e investindo em material mais moderno. Destaca-se também a urgência de, em estreita cooperação com a NATO, os Países Baixos se concentrarem em proteger a própria região, reforçar as capacidades de cyber tecnologia e inteligência, bem como desenvolver as capacidades da defesa europeias.

Na secção de Comércio Externo e Cooperação para o Desenvolvimento, que consta da agenda de Política Externa, a posição neerlandesa nesta matéria é a de promover uma política comercial activa através de tratados de comércio e investimento, prometendo fazer pressão sob estes tratados para elevar os seus padrões no que diz respeito a uma produção justa, à acção climática, crescimento sustentável, direitos humanos e segurança alimentar. Destaca-se também um certo protecionismo relativamente aos negócios neerlandeses, no sentido de proteger os negócios locais de investimentos indesejados e de competição desleal. De forma mais abrangente podemos, também, realçar a introdução de legislação promotora de condições equitativas de concorrência com países vizinhos, obviamente em harmonia com a legislação da EU, a ampliação da contribuição para o cumprimento e alcance dos ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável -, bem como a formulação de uma estratégia própria que diga respeito especificamente ao continente africano, encorajando o desenvolvimento económico.

Relativamente ao tema das migrações, uma das bandeiras da campanha do Partido da Liberdade (PVV), que consta do documento que nos propusemos analisar é uma política migratória, uma cooperação mais eficaz entre os países pertencentes à UE e um melhoramento em todo o procedimento respeitante ao asilo e integração a nível nacional, que possibilitará um melhor regulamento do fluxo de migrações. O objectivo destas políticas, segundo o programa presente no documento, é o de limitar e prevenir estes fluxos migratórios, gerenciar a migração e impor um controlo mais restrito de quem entra no país, quem poderá permanecer e residir e quem deve ser repatriado. Propõe-se, também, o combate à migração irregular e ilegal e, consequentemente, um incentivo ao retorno de quem recorre à migração de forma ilegal.

A verdade é que, o que detectamos neste documento, parece bastante

39 Cf. Sousa, F.d. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais* (4 ed.). Edições Afrontamento/ CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

40 Cf. <https://www.government.nl/documents/publications/2022/01/10/2021-2025-coalition-agreement>

contido, tendo em conta os slogans e bandeiras utilizadas por Geert Wilders durante todo o período eleitoral. Existe, de facto, uma preocupação constante demonstrada por parte da União Europeia, pois um acordo de governo com Wilders poderá significar um afastamento da aliança UE – Países Baixos, pois, a certo ponto, o candidato pelo PVV apresenta uma posição um pouco eurocéptica podendo dificultar algumas negociações dentro da UE, nomeadamente, o quadro financeiro plurianual. Acredita-se, porém, que também esta negociação de acordo de governo ainda demorará bastante tempo, pelo que não materializará uma das preocupações, pelo menos para já⁴¹.

Não esqueçamos, de igual modo, que a aprovação do novo Pacto em matéria de migração e asilo será certamente do agrado do candidato, pois apresenta medidas mais restritas e impeditivas à migração e, para alguém que se apresenta como anti-imigração e anti-Islão, estas medidas serão bem acolhidas, bem como para países que elegeram ou detêm líderes com posições populistas e extremistas no que às políticas migratórias dizem respeito.

6. Conclusão

As eleições de Novembro de 2023 vieram confirmar uma mudança de alinhamento junto do eleitorado neerlandês. A vitória da extrema-direita surpreendeu: «“You could call it an earthquake. Nobody expected this result, not even Geert Wilders”, said Rene Cuperus of the Clingendael Institute», como relatou Corinne Deloy.⁴²

Apesar de amplamente aclamada por outros líderes populistas e de extrema-direita como Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, ou a francesa Marine Le Pen, a vitória do PVV representa um pesadelo para a União Europeia. Efectivamente, Geert Wilders, relegando para segundo plano as questões relativas à imigração, prometeu que o PVV iria investir na saúde e na segurança e assegurar o poder de compra e bem-estar dos neerlandeses, comprometendo-se, como contrapartida, a reduzir a contribuição dos Países Baixos para o orçamento da União Europeia, a opor-se a qualquer novo alargamento, a acabar com o fornecimento de armas à Ucrânia e a fazer um referendo sobre a saída/manutenção do país da União (Nexit)⁴³. Não foi em vão, que o slogan escolhido para a sua campanha foi “The Netherlands first”.

No entanto, apesar de contar com 37 dos 150 lugares da Câmara dos Representantes, o PVV está longe de garantir a maioria parlamentar de que necessita para formar Governo e governar. É assim necessário formar uma coligação, como é tradição nos Países Baixos. O PvdA-GL (2º lugar, 25 deputados) já declarou não ter qualquer intenção de colaborar com o PVV. E na mesma linha de entendimento, se pronunciou o VVD (3º lugar, 24 deputados).⁴⁴ Entretanto também o NSC (4º lugar, 20 deputados) se afastou das negociações com o PVV, por entender que o Governo não tinha *plafond* para cumprir as promessas de uma eventual coligação, afastando, crê-se que de vez, a possibilidade de formação de um governo de direita.

Enfim, tudo parece ser possível, desde o recurso a formas não convencionais de governo (por exemplo, um governo minoritário ou um governo tecnocrático) até à formação de uma coligação que acabe por afastar definitivamente o PVV do poder ou, em última instância, a realização de novas eleições.

Até à presente data, Fevereiro de 2024, ainda não se obteve consenso para a formação de um novo Governo devido a divergências insanáveis que têm impedido o vencedor das eleições, o PVV, de lograr formar uma coligação que lhe permita governar, o que não deixa de ser uma fonte de instabilidade nacional e europeia, uma vez que também a União Europeia anseia pela constituição do novo governo neerlandês, para poder continuar a contar com o empenho habitual dos Países Baixos na defesa da causa europeia que se debate actualmente com a revisão do orçamento a longo prazo e com a abertura das negociações de adesão com a Ucrânia.

41 Cf. <https://pt.euronews.com/my-europe/2023/11/23/paises-baixos-vitoria-da-extrema-direita-podera-dificultar-consensos-na-ue>

42 *Ibidem*.

43 Tal como aconteceu no Reino Unido, o que teve como consequência o Brexit.

44 DELOY, Corinne, *cit*.